



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1176/2023**  
**(à MPV 1176/2023)**

Acrescente-se § 2º ao art. 4º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 4º .....

§ 2º Os devedores que aderirem ao Programa:

I – terão asseguradas, pelas instituições financeiras, e receberão todas as informações, de forma detalhada, relativas a seus direitos, na condição de consumidores, conforme disposto nesta Lei e nas disposições pertinentes da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

II – receberão um exemplar de uma cartilha explicativa de boas práticas para utilização do crédito, que deverá conter todas as informações que permitam-lhes o acesso à eficaz educação financeira.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICATIVA**

Os devedores que aderirem ao programa Desenrola Brasil precisam ter amplo acesso aos seus direitos de consumidores, como já bem lhes assegura o Código de Defesa do Consumidor.

Também necessitam receber um exemplar de uma cartilha explicativa que contenha lições de boas práticas de utilização do crédito, como instrumento hábil para permitir-lhes o acesso à educação financeira.



Tais medidas vem ao encontro das boas práticas recomendadas pelo Banco Central do Brasil e pela própria Febraban para evitar que esses devedores, futuramente, incorram nos mesmos equívocos que os levaram a essa situação de endividamento excessivo e passem a fazer parte do rol de negativados.

Sala da comissão, 7 de junho de 2023.

**Deputado Túlio Gadêlha**  
**(REDE - PE)**

